



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES**

**CONTRATO DE CONCESSÃO REMUNERADA DE USO Nº 046/2020**

O Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES**, sito na Av. Borges de Medeiros, nº 1555, 12º e 13º andar, inscrito no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 08.838.143/0001-89, representado neste ato pelo seu titular **Sr. Juvir Costella**, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 280.084.210-53, doravante denominado **CONCEDENTE**, e **AERO CLUBE DE SANTO ÂNGELO**, com sede na Rua Marechal Floriano, nº 2651 – Bairro Centro – Santo Ângelo/ RS - CEP: 98.802-650, inscrita no CNPJ sob o nº 96.217.047/0001-80, neste ato representada pelo seu Presidente, **Sr. Paulo Barcellos Dalla Porta**, portador da carteira de identidade nº 1028113866 e inscrito no CPF sob o nº 394.648.300-34 doravante denominado **CONCESSIONÁRIA**, para a execução do objeto descrito na Cláusula Primeira – Do Objeto.

O presente contrato tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, constante do processo administrativo eletrônico **PROA 20/1800-0000782-3**, regendo-se pelo artigo 1º da Lei nº 5.332/67, art. 40 da Lei Federal nº 7.565/86 – Código Brasileiro de Aeronáutica, de 19 de dezembro de 1986, Resolução Nº 302 da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC de 05 de fevereiro de 2014, e demais legislações pertinentes, assim como pelas cláusulas a seguir expressas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 - O presente contrato tem por objeto a Concessão remunerada de uso de uma área total de 4.419,33 m², sendo ANE de 3.838,84 m² e AEEX de 580,49 m², localizada no Aeroporto de Santo Ângelo/RS, para o funcionamento e operação de aeroclube.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO**

2.1. A contraprestação que a CONCESSIONÁRIA pagará mensalmente à CONCEDENTE será através da contraprestação de serviços conforme item 4.1. da Portaria SELT Nº 081/2019, publicado no DOE em 02/10/2019, que serão:

2.2. Limpeza da área verde, através de roçada de grama de todo sítio aeroportuário e podas de árvores;

Av. Borges de Medeiros, 1555 – 12º e 13º Andar – Porto Alegre/RS CEP 90110-150  
Fone: (51) 3288-5300





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES**

- 2.3. Controle do movimento de aeronaves, com anotação em formulário específico fornecido pelo DAP e que deverá ser enviado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente;
- 2.4. Controle de acesso de pessoas às Áreas Restritas de Segurança, com anotação através de formulário específico que deverá ser enviado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente;
- 2.5. Manutenção das barreiras de segurança onde está localizado o Aeroclube;
- 2.6. Manutenção da pintura e asfalto nas áreas adjacentes ao Aeroclube;
- 2.7. Disponibilização para Administração Local o acesso às câmeras de monitoramento do Aeroclube, caso venha a instalar.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO**

- 3.1. O preço do presente contrato será reajustado sempre que houver a atualização dos valores básicos de preços específicos mensais para ocupação de áreas e instalações aeroportuárias, referentes à exploração de serviços aéreos públicos, os quais são fixados em Portaria própria da Secretaria de Logística e Transportes.
- 3.2. O reajuste será implementado a partir do mês subsequente ao da publicação da portaria de atualização, de forma automática, sem a necessidade de celebração de termo aditivo.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO**

- 4.1 - O pagamento do valor retributivo e das taxas de ressarcimento deverá ser efetuado pela CONCESSIONÁRIA, até o 10 (décimo) dia do mês subsequente ao vencimento, através da Guia de Arrecadação - GA, cujo código é 505. A GA deverá ser gerada pela Concessionária, através da Internet, disponível no site [www.transportes.rs.gov.br](http://www.transportes.rs.gov.br) – Serviços e Informações – ST - Guias de Arrecadação/Taxas de Serviço – CONCESSÃO DE DIREITO DE USO – ÁREA AEROPORTO.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS RECEITAS**

- 5.1 - As receitas decorrentes do presente contrato serão registradas segundo a classificação 1310.02.1.1.0001, destinadas o Caixa Único do Tesouro do Estado, as quais retornam para a SELT na forma de cota de custeio código 110, com aplicação orçamentária na atividade nº 5638 – manutenção de aeroportos, em atendimento à cláusula décima – da remuneração, em especial os itens 10.2 e 10.5 do respectivo Convênios de Outorga Nº 111/2013 e 112/2013 – D.O.U de 31/07/2013.

**CLÁUSULA SEXTA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

Av. Borges de Medeiros, 1555 – 12º e 13º Andar – Porto Alegre/RS CEP 90110-150  
Fone: (51) 3288-5300







**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES**

6.1 - Os valores do presente contrato, não pagos até o vencimento da obrigação sofrerão a multa prevista no item "b" da Cláusula Décima Segunda e serão corrigidos, desde então até a data do efetivo pagamento, pro-rata die, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS**

7.1 - O prazo de vigência deste contrato será de 60 meses, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser prorrogado sucessivamente, por iguais períodos, enquanto vigente a outorga para a exploração do serviço aéreo público a que se vincula a utilização da área, bem como enquanto durar o prazo de outorga para a exploração da infraestrutura aeroportuária dado ao Estado do RS pelo Convênio nº 101/2013, vigente até 31/07/2048, respeitado o que dispõe o artigo 14 da Resolução nº 302, de 05 de fevereiro de 2014, da ANAC.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS BENFEITORIAS E DA CONSERVAÇÃO**

8.1. As edificações, benfeitorias e instalação permanentes que vieram a ser efetuadas pela CONCESSIONÁRIA, deverão obedecer, aos projetos e especificações aprovadas expressa e previamente pela CONCEDENTE, sem prejuízo do cumprimento de outras exigências advindas do Poder Público.

8.2. As benfeitorias e instalações permanentes e as benfeitorias móveis e desmontáveis que existem e as que vierem a ser efetuadas serão de propriedade da CONCESSIONÁRIA, independentemente de qualquer indenização, que poderão ser retiradas pela CONCESSIONÁRIA, correndo por sua conta as despesas com remoção e os riscos decorrente de seu levantamento.

**CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES**

9.1 - Dos Direitos:

9.1.1 - da CONCEDENTE

9.1.1.1 - perceber o valor ajustado, na forma e no prazo convencionado; e

9.1.1.2 - designar servidores para fiscalizar o cumprimento de cláusulas contratuais, notadamente as condições de higiene, asseio, conservação e segurança, bem como a qualidade do atendimento oferecido ao público alvo.

9.1.1.3 - findo ou rescindido o contrato, receber a área descrita na Cláusula Primeira – Do Objeto, em perfeitas condições de uso.

9.1.2 – da CONCESSIONÁRIA

9.1.2.1- receber as áreas descritas no Objeto deste contrato, nas condições em que se encontram.

Av. Borges de Medeiros, 1555 – 12º e 13º Andar – Porto Alegre/RS CEP 90110-150  
Fone: (51) 3288-5300





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES**

9.2– das Obrigações:

9.2.1 – da CONCEDENTE:

9.2.1.1– Ceder a concessão de uso à CONCESSIONÁRIA para exploração das áreas descritas na Cláusula Primeira – Do Objeto, dando as condições necessárias a regular execução do presente contrato.

9.2.2 – da CONCESSIONÁRIA:

9.2.2.1. Contratar seguro contra incêndio e de responsabilidade civil geral proporcional à área utilizada, cobrindo pessoas, bens e coisas de terceiros, quando no interior de suas instalações;

9.2.2.2. Efetuar o pagamento e/ou a contraprestação de serviços ajustado;

9.2.2.3. Atender com elevado padrão, mantendo em serviço sempre número suficiente de empregados;

9.2.2.4. Cumprir e fazer cumprir pelos seus empregados, prepostos e contratados, as instruções e regulamentos da CONCEDENTE, visando a boa ordem dos serviços que ali operam, bem como a segurança aeroportuária;

9.2.2.5 – Conservar e manter a área em perfeitas condições de funcionamento, segurança, conservação e limpeza, dando solução adequada à retirada de lixo e seu depósito em local designado pelo Administrador Local do Aeroporto, arcando com as despesas para tanto necessárias e garantindo o estrito cumprimento da legislação ambiental vigente;

9.2.2.6. Pagar com o estipulado na Cláusula Quarta uma taxa de ressarcimento de água, esgoto, coleta de lixo, energia elétrica e outras taxas, se houverem, cujo valor será determinado através de rateio feito pela CONCEDENTE, bem como quaisquer ônus que recaiam sobre a área utilizada, incluindo-se tributos municipais, estaduais ou federais;

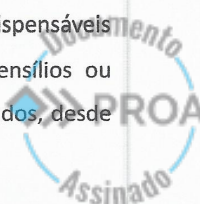
9.2.2.7. Solicitar a ligação elétrica para a área objeto diretamente à companhia de energia elétrica, se for o caso.

9.2.2.8. Não poderá realizar obras ou benfeitorias, nem transferir a presente concessão a terceiros, sem que haja autorização prévia e expressa da CONCEDENTE;

9.2.2.9. Respeitar e cumprir integralmente o horário de funcionamento, diariamente, incluindo sábados, domingos e feriados, ficando proibido o funcionamento dos serviços objeto da presente licitação, fora das condições aqui estipuladas, salvo em casos excepcionais devidamente autorizado pela CONCEDENTE;

9.2.2.10. Instalar na área, às próprias expensas, todos os equipamentos necessários e indispensáveis de acordo com os projetos aprovados pela CONCEDENTE – máquinas, móveis e utensílios ou benfeitorias e instalações fixas que venham a ser construídas, os quais poderão ser retirados, desde

Av. Borges de Medeiros, 1555 – 12º e 13º Andar – Porto Alegre/RS CEP 90110-150  
Fone: (51) 3288-5300







**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES**

que não integrem a estrutura e substância do imóvel, correndo por conta da CONCESSIONÁRIA as despesas com remoção e o risco pelo seu levantamento;

9.2.2.11. A CONCESSIONÁRIA é responsável por todos e quaisquer danos que causar à CONCEDENTE e/ou a terceiros, ocorridos na área ocupada no aeroporto, inclusive os praticados por pessoas físicas ou jurídicas a ela vinculadas por prestação de serviços, devendo indenizar, de imediato, a parte prejudicada consoante art. 927 do Código Civil;

9.2.2.12. Adequar as necessidades de suas atividades à capacidade técnica das instalações do aeroporto, bem como encerrar qualquer atividade que venha a ser proibida por órgão competente;

9.2.2.13. Submeter-se à fiscalização da CONCEDENTE, através de seus agentes especialmente designados e apresentar durante a execução do contrato, sempre que solicitados documentos que comprovem o regular cumprimento da legislação em vigor, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários e comerciais;

9.2.2.14. Comunicar, de imediato, qualquer alteração ocorrida em seu Contrato ou Estatuto Social, incluindo fusão ou cisão de capital social ou transferência de cotas, cuja ocorrência ensejará, de imediato, a revisão das condições contratuais, bem como manter atualizado o endereço para correspondências;

9.2.2.15. Fornecer à Administração Local do Aeroporto a relação nominal do pessoal que trabalhará no local, com a respectiva qualificação, atualizando-a quando ocorrer qualquer alteração;

9.2.2.16. Os prepostos e funcionários deverão estar identificados com credenciais que serão fornecidos pelo DAP, por solicitação do Concessionário, conforme atos normativos da ANAC (IAC e/ou Resoluções). A credencial será fornecida mediante reembolso dos respectivos custos, através de Guia de Arrecadação do Tesouro do Estado – GA;

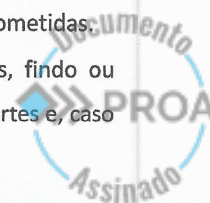
9.2.2.17. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste instrumento, em especial pela Resolução ANAC n.º 302/14, de 05/02/2014 e legislação pertinente;

9.2.2.18. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações sociais e trabalhistas de seus empregados, bem como pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do presente contrato;

9.2.2.19. Responsabilizar-se por não conformidades e descumprimento de legislações emanadas pela ANAC, que ensejam punições, autos de infrações e outras penalidades legais, causadas pelo Concessionário Aeroclube de Santo Ângelo, inclusive arcando com todas as despesas decorrentes de multas pecuniárias e custas de processos oriundos das irregularidades que venham a ser cometidas;

9.2.2.20. Restituir a área concedida em perfeitas condições, no prazo de, até, 30 dias, findo ou rescindido o contrato, formalizado através de Termo de Vistoria da Área, assinado pelas partes e, caso

Av. Borges de Medeiros, 1555 – 12º e 13º Andar – Porto Alegre/RS CEP 90110-150  
Fone: (51) 3288-5300





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES**

houver necessidade, acompanhado de laudo técnico emitido por profissional legalmente habilitado, com a assunção de eventuais despesas decorrentes.

9.2.2.21. Arcar com todos os custos referente a remoção do hangar, para local a ser designado pelo DAP, caso necessário, quando das obras de ampliação e modernização do Aeroporto Sepé Tiaraju de Santo Ângelo.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO**

10.1 A CONCESSIONÁRIA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, previstos no art. 77 da Lei federal nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO**

11.1 Este contrato poderá ser rescindido de acordo com art. 79, Lei federal nº 8.666/93.

11.2 O presente contrato poderá ser denunciado a qualquer tempo por interesse administrativo, sem que caiba à CONCESSIONÁRIA, a qualquer título, indenização ou compensação pela rescisão do contrato.

11.3 Durante a vigência deste instrumento, ficará sujeita a CONCESSIONÁRIA se der causa à rescisão, a indenizar ao CONCEDENTE em tantas vezes o valor mensal quantos forem os meses que faltarem para o término do contrato, considerando como base de cálculo o valor mensal vigente à época da rescisão.

11.4 Findo ou rescindido o contrato, o CONCEDENTE entrará de imediato e de pleno direito, na posse de área, sem que assista à CONCESSIONÁRIA qualquer direito à indenização ou compensação.

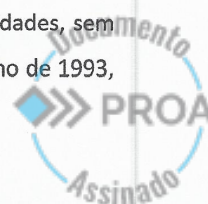
11.5 Na ocorrência de qualquer hipótese a CONCESSIONÁRIA, no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, deverá retirar da área, os bens, mobiliários e equipamentos de sua propriedade, sob pena de não o fazendo, serem os mesmos considerados abandonados e com destinação a critério do CONCEDENTE.

11.6 Até a efetiva desocupação da área a CONCESSIONÁRIA obriga-se ao pagamento do preço específico e dos demais encargos estabelecidos neste contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

12.1 No caso de infringência aos regramentos deste contrato, uma vez não sendo considerada satisfatória a justificativa apresentada pela CONCESSIONÁRIA, ser-lhe-ão aplicadas penalidades, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas artigo 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

Av. Borges de Medeiros, 1555 – 12º e 13º Andar – Porto Alegre/RS CEP 90110-150  
Fone: (51) 3288-5300







**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES**

artigo 28 da Lei Estadual nº 13.191, de 30 de junho de 2009, bem como Decreto estadual nº 42.250, de 19 de maio de 2003, tudo em consonância com as situações e os prazos abaixo indicados:

- a) Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades;
- b) Multas sobre o valor atualizado do contrato:
- de 10% (dez por cento) pelo descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente;
  - de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do contrato, nos casos de inexecução total ou parcial, execução imperfeita ou em desacordo com as condições e/ou negligência na execução do objeto contratado;
  - de 0,5 % (zero, cinco por cento) por dia de atraso que exceder o prazo fixado para pagamento do valor retributivo mensal, até o limite máximo de 10% (dez por cento) do valor da obrigação;
  - de 5 (cinco) vezes o valor mensal, vigente na época, pelo abandono da área;
- c) suspensão do direito de contratar com o Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com a seguinte graduação:
- 6 (seis) meses pelo cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
  - 1 (um) ano, pelo cometimento reiterado de faltas na sua execução;
  - 2 (dois) anos pelo desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.
- d) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública Estadual, feita pelo Secretário de Estado, nos casos de prática de atos ilícitos visando frustrar a execução do contrato, devendo ser publicada no Diário Oficial do Estado.
- Parágrafo Único – a multa dobrará a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor atualizado do contrato, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causado ao interesse público e da possibilidade de rescisão contratual.
- 12.2. Para aplicação da penalidade de inidoneidade o prazo de defesa prévia do interessado será de 10 (dez) dias a contar da abertura de vista.
- 12.3. Para aplicação das demais penalidades, o prazo de defesa prévia do interessado será de 5 (cinco) dias úteis a contar da abertura de vista.
- 12.4. Das penalidades de que trata esta cláusula cabe recurso ou pedido de representação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, bem como pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, conforme o caso.
- 12.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções e não terá caráter compensatório.

Av. Borges de Medeiros, 1555 – 12º e 13º Andar – Porto Alegre/RS CEP 90110-150  
Fone: (51) 3288-5300





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES**

12.6. A aplicação de sanções não exime a(o) CONCESSIONÁRIA(O) da obrigação de reparar danos, perdas ou prejuízos que a sua conduta venha a causar ao Estado.

12.7. As multas deverão ser recolhidas, por guia de arrecadação, código 505, conforme disposto no Decreto nº 46.566/2009, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da intimação da CONCESSIONÁRIA.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EFICÁCIA**

13.1 O presente contrato somente terá eficácia após publicada a respectiva súmula no Diário Oficial do Estado.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

14.1 Assim sendo, e por estarem justas e contratadas, assinam o presente contrato em duas (2) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas adiante signatárias, a fim de que produza seus jurídicos e legais efeitos, elegendo o Foro de Porto Alegre para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas deste instrumento.

Porto Alegre,                    de                    de 2020.

**JUVIR COSTELLA**  
Secretaria de Logística e Transportes  
Concedente

**PAULO BARCELLOS DALLA PORTA**  
Aero Clube de Santo Ângelo  
Concessionária

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



Av. Borges de Medeiros, 1555 – 12º e 13º Andar – Porto Alegre/RS CEP 90110-150  
Fone: (51) 3288-5300



**Nome do documento:** Contrato\_de\_Concessao\_Remunerada\_de\_Uso\_n\_046\_2020 - assinado.pdf

**Documento assinado por**

**Órgão/Grupo/Matrícula**

**Data**

Juvir Costella

SELT / GAB / 259369608

25/01/2021 09:28:39



JUVIR COSTELLA  
Av. Borges de Medeiros, 1501 - 7º andar  
Porto Alegre / RS / 90119-900

---

**Portarias**

---

Protocolo: 2021000507372

**PORTARIA SELT Nº 08/2021**

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES**, no uso de suas atribuições arroladas no art. 90 da Constituição Estadual, de 03 de outubro de 1989, e em face do consubstanciado no Processo Administrativo Eletrônico nº 20/1800-0000780-7,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar os servidores Rômulo Medeiros Saraiva, identidade funcional 3848639/01 e Juliana Cerveira Cardoso, identidade funcional 4643739/01, titular e suplente, respectivamente, para atuarem como fiscais do Contrato de Concessão Remunerada de Uso nº 05/2021, celebrado entre a Secretaria de Logística e Transportes e a empresa BR Aviação Executiva Ltda.

**Parágrafo único.** O contrato a que se refere o *caput* deste artigo tem como objeto a Concessão remunerada de uso de área não edificada externa (ANE) de hangaragem, 400,00 m<sup>2</sup> (20 m de largura x 20 m de profundidade), no Aeroporto de Caxias do Sul, para instalação de um hangar, sem reversão ao patrimônio do aeroporto, destinado à guarda de aeronaves próprias e/ou de terceiros; colocação de tanque de combustível para abastecimento das próprias aeronaves; e demais serviços operacionais e administrativos privados correlatos, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo II ao Edital.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado - DOE.

Porto Alegre, 21 de janeiro de 2021.

Juvir Costella  
Secretário de Estado de Logística e Transportes

---

**Contratos**

---

Protocolo: 2021000507438

**SÚMULA DO CONTRATO DE CONCESSÃO REMUNERADA DE USO Nº 046/2020**

**Processo Administrativo Eletrônico nº 20/1800-0000782-3**

**Partes:** Secretaria de Logística e Transportes e o Aero Clube de Santo Ângelo;

**Objeto:** Concessão remunerada de uso de uma área total de 4.419,33 m<sup>2</sup>, sendo ANE de 3.838,84 m<sup>2</sup> e AEEX de 580,49 m<sup>2</sup>, localizada no Aeroporto de Santo Ângelo/RS, para o funcionamento e operação de aeroclube.

**Valor:** A contraprestação que a CONCESSIONÁRIA pagará mensalmente à CONCEDENTE será através da contraprestação de serviços conforme item 4.1. da Portaria SELT Nº 081/2019, publicado no DOE em 02/10/2019;

**Prazo:** 60 (sessenta) meses;

**Base Legal:** Artigo 40 da Lei 7.565/86 – Código Brasileiro Aeronáutico.

Protocolo: 2021000507426

**SÚMULA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 045/2020  
FPE Nº 21524/2020**

**Processo Administrativo Eletrônico nº 20/1800-0000743-2**

**Partes:** Secretaria de Logística e Transportes - SELT e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO – CNPJ: 00.352.294/0001-10;





Nome do arquivo: ArquivoAssinado\_94c50eea-957f-4d74-a894-dd941ffc07af..pdf

Autenticidade: Documento Íntegro



DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICADOR
PROCERGS CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COM Responsável: JOSE ANTONIO COSTA LEAL	27/01/2021 10:38:42 GMT-03:00	87124582000104 84948337749	Assinatura válida

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.